

volume

25/2

Agosto/2020

ISSN 2596-2876

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

dossiê: Ensino de História e Educação em Tempos de Incerteza

*Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem
especialidades em duas especialidades em duas especialidades em duas
para casamentos, baptizara casamentos, baptizara casamentos, baptiz
sados e banquetes. E' osados e banquetes. E' osados e banquetes. E' os
única de positura da ufurica de positura da ufurica de positura da ufur
anda Guarana Espumanteanda Guarana Espumanteanda Guarana Espumant
te e de excelente observo e de excelente observo e de excelente observ
lab Laeta, fabricandos catals Laeta, fabricandos catals Laeta, fabricand
S. Paulo pelos Ses. Zes. Paulo pelos Ses. Zes. Paulo pelos Ses. Zes.
motta Leocadio & Companhia Leocadio & Companhia Leocadio & C
J. Cantatara, Braso. J. Cantatara, Braso. J. Cantatara, Braso.*



Hist. Rev. Pelotas Número 25/2 p.1 - 215 ago. 2020



**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Direção de Gabinetes da Reitoria

Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira
Ourique

Repr. das Engenharias e Computação: Darci Alberto
Gatto

Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto Mello
Garcia e Marines Garcia (suplente)

Repr. das Ciências da Saúde: Francisco Augusto
Burkert Del Pino e Claiton Leoneti Lencina
(suplente)

Repr. das Ciências Agrônomicas: Cesar Valmor
Rombaldi, Guilherme Albuquerque de Oliveira
Cavalcanti (suplente) e Fabrício de Vargas
Arigony Braga (suplente)

Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da Silva
e Cláudio Baptista Carle (suplente)

Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla Rodrigues
Gastaud

Repr. das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva
e Eleonora Campos da Motta Santos (suplente)

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda
Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa.
Beatriz Ana Loner*

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Sirlei Teresinha Gedoz | Halferd Carlos Ribeiro Junior | Alessandra Gasparotto

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Carlos Eduardo Sperb

Pareceristas ad hoc: Alba Cristina Couto dos Santos Salatino (IFRS) | Carla Beatriz Meinerz (UFRGS) | Claudia Daiane Garcia Molet (UFPel) | Debora Clasen de Paula (UFFS) | Gerson Wasen Fraga (UFFS) | Katani Maria Monteiro Ruffato (UCS) | Lisiane Sias Manke (UFPel) | Mairon Escorsi Valério (UFFS) | Nilton Mullet Pereira (UFRGS) | Vera Lúcia Maciel Barroso (Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre)

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2020/1

ISSN – 2596-2876

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.25/2, (ago. 2020). – Pelotas: Editora da UFPel, 2020.
1v.

Semestral
ISSN 2596-2876

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat Online Computer Library Center

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** obra publicada em dezembro de 2020**



Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	
	INTRODUCTION	
Sirlei Teresinha Gedoz Halferd Carlos Ribeiro Junior Alessandra Gasparotto		06
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ROMPENDO AS FRONTEIRAS HISTÓRICAS SOBRE O FAZER DOCENTE		
TEACHER TRAINING: BREAKING HISTORICAL BORDERS ON DOING TEACHER		
Shirlei Alexandra Fetter Raquel Karpinski Denise Regina Quaresma da Silva		11
SER PROFESSOR DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRIMINALIZAÇÃO DO FAZER DOCENTE		
BE A HISTORY TEACHER IN THEACHER CRIMINALIZATION TIMES		
Elvis Patrik Katz Andresa Silva da Costa Mutz		28
O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: OS DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA REGIÃO DE ERECHIM/RS		
THE HISTORY EDUCATION OF ÁFRICA AND AFRO-BRAZILIAN CULTURE: THE CHALLENGES OF ANTIRACIST EDUCATION IN THE ERECHIM/RS REGION		
Luciana da Veiga		47
HISTÓRIA DA ÁFRICA E AFRO-BRASILEIRA: AUTONOMIA NO ENSINAR E APRENDER		
AFRICA AND AFRICA'S HISTORY: AUTONOMY IN TEACHING AND LEARNING		
Aristeu Castilhos da Rocha		70
ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA ATRAVÉS DE MAQUETES DO LASCA-UFSM		
TEACHING AFRO-BRAZILIAN HISTORY THROUGH LASCA-UFSM MODELS		
Valeska Garbinatto André Luis Ramos Soares		96
SABERES E VALORES DAS PESSOAS NEGRAS EM MOVIMENTO: ENSINAR HISTÓRIA EM COLETIVIDADES EMANCIPATÓRIAS		
KNOWLEDGE AND VALUES OF BLACK PEOPLE IN MOTION: TEACHING HISTORY IN EMANCIPATORY COLLECTIVITIES		
Maurício da Silva Dorneles Carla Beatriz Meinerz		114
COMO TRABALHAR COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PRODUZIDA NOS MUSEUS E EM OUTROS ESPAÇOS? UMA EXPERIÊNCIA ENTRE O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO E O CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR UP, CAPÃO DO LEÃO-RS		
HOW TO WORK WITH HERITAGE EDUCATION PRODUCED IN MUSEUMS AND OTHER SPACES? AN EXPERIENCE BETWEEN THE MEMORIAL DA RESISTÊNCIA AND THE CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR UP, CAPÃO DO LEÃO-RS		
Milena Rosa Araújo Ogawa Amanda Nunes Moreira		132

APRENDIZAGEM HISTÓRICA E GÊNERO: UMA EXPERIÊNCIA COM AULA OFICINA HISTORICAL LEARNING AND GENDER: AN EXPERIENCE WITH WORKSHOP CLASS	Amanda Nunes Moreira	155
“NÃO É PRECISO QUEIMAR SUTIÃS EM PRAÇA PÚBLICA”: O DIA INTERNACIONAL DA MULHER ATRAVÉS DO JORNAL PIONEIRO	“NO NEED TO BURN BRAS IN PUBLIC SQUARE”: INTERNATIONAL WOMEN'S DAY THROUGH PIONEIRO NEWSPAPER	179
UMA IMAGEM VALE MAIS DO QUE MIL PALAVRAS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO USO DA FOTOGRAFIA NO ENSINO DA HISTÓRIA	Rúbia Hoffmann Ribeiro Eliana Gasparini Xerri	
A PICTURES IS WORTH A THOUSAND WORDS: CONSIDERATIONS ABOUT USING PHOTOGRAPHY IN HISTORY EDUCATION	Isabella Czamanski Rota	199

**“NÃO É PRECISO QUEIMAR SUTIÃS EM PRAÇA PÚBLICA”: O DIA INTERNACIONAL DA MULHER
ATRAVÉS DO JORNAL PIONEIRO**

**“NO NEED TO BURN BRAS IN PUBLIC SQUARE”: INTERNATIONAL WOMEN'S DAY THROUGH
PIONEIRO NEWSPAPER**

Rúbia Hoffmann Ribeiro¹

Eliana Gasparini Xerri²

Resumo. O Dia Internacional da Mulher tem sido historicamente a data de maior importância para as reivindicações do movimento de mulheres, e é nessa data que elas aparecem com maior relevância no jornal Pioneiro, esse é o periódico de maior circulação na Serra Gaúcha, portanto tem grande influência na formação da opinião pública na região. A presente pesquisa é um recorte do Projeto HISENSPI (Narrativas presentes no Jornal Pioneiro - Caxias do Sul) e procura investigar se o discurso do jornal Pioneiro contribuiu ou não, para a reprodução de relações desiguais entre os sexos, no período de 1992 a 1996.

Palavras-chaves: Gênero - Mulheres - Discurso - História - Imprensa

Abstrat. International Women's Day has historically been the most important date for the demands of the women's movement, and it is on that date that they appear most relevant in the Pioneiro newspaper, this is the most widely circulated periodical in Serra Gaúcha, therefore it has great influence in the formation of public opinion in the region. The present research is an excerpt from the HISENSPI Project (Narratives present in the Jornal Pioneiro - Caxias do Sul) and seeks to investigate whether the speech of the newspaper Pioneiro contributed or not, for the reproduction of unequal relations between the sexes, in the period from 1992 to 1996.

Keywords: Gender - Women - Discourse - History - Press

Introdução

As estruturas econômicas, políticas e culturais que têm contribuído para a subordinação das mulheres, excluindo-as ou colocando-as em condições de desvantagem em relação ao sexo masculino, seja no espaço público, nas esferas de poder ou impondo e reproduzindo relações sociais desiguais entre os sexos, são reafirmadas e produzidas através de várias práticas e instituições sociais, entre os quais, o discurso. Por isso essa pesquisa procura saber se o discurso presente no Jornal Pioneiro sobre o Dia Internacional da Mulher, pôde contribuir, ou não, para a reprodução e naturalização de relações desiguais entre os sexos, no período de 1992 a 1996.

¹ Graduanda em História pela Universidade de Caxias do Sul. Bolsista voluntária do Projeto HISENSPI (Narrativas presentes no Jornal Pioneiro 1994-2008). Contato: rhribeiro1@ucs.br

² Professora Dr^a. da Universidade de Caxias do Sul. Mestrado Profissional em História. Contato: egxerri@ucs.br

Para a elaboração do estudo, optou-se pelo jornal *Pioneiro* por ser o de maior circulação na região da serra gaúcha, atingindo 64 cidades da região nordeste do estado do Rio Grande do Sul e, que teve publicação inicial em 1948 mantendo-se até os dias de hoje. O estudo participa do projeto HISENSPI (Narrativas presentes no Jornal *Pioneiro* 1994-2008), e iniciou com a escolha das fontes, selecionando narrativas escritas sobre as mulheres no período 1992 a 1996. Optou-se pelo enfoque na data de 8 de março por ser o dia em que as mulheres aparecem com maior relevância no jornal e por ser essa a data mais emblemática para a mobilização dos movimentos de mulheres. Depois da seleção partiu-se para a análise crítica do discurso sobre o tema.

Alguns apontamentos teóricos são necessários para refletir a relevância social dessa pesquisa. O primeiro conceito que serve como norteador para desenvolvê-la é o de discurso. Para tal, recorre-se às considerações de Norman Fairclough, que não apenas conceitua o que é discurso, mas também dá as diretrizes metodológicas para a sua análise. O autor é um dos responsáveis por desenvolver a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, doravante (ACD). Segundo Fairclough (2001), discurso é uma prática social de ação sobre o mundo, de representação e de construção de significados. Para ele, o discurso mantém uma relação dialética com as estruturas sociais, pois tanto é moldado por elas como é um dos fatores constituintes de todas as dimensões dessas estruturas, visto que constrói e reproduz identidades sociais, relações sociais e sistemas de crenças e conhecimento (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Essa perspectiva dialética contribui ao demonstrar que entre discurso e a estrutura social é mantida uma relação complexa. Conforme Fairclough, “é importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada dialética para evitar erros de ênfase indevida; de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social no discurso.” (FAIRCLOUGH, 2011, p.92).

Ou seja, o discurso não é apenas reflexo da realidade social, pois para o autor, a prática discursiva e os eventos discursivos estão em contradição e em luta com as estruturas sociais (FAIRCLOUGH, 2011, p. 94). E, tampouco, se deve dar uma ênfase exagerada a sua função constitutiva do social, já que, “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de

ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2011, p.93). Assim, outras instituições e práticas sociais, como família, escola, e outros, são também responsáveis por constituir as estruturas sociais.

Para Gomes e Salgado (2017, p. 212), os estudos da ACD contribuem tanto para compreender que as práticas discursivas além de produzirem e reproduzirem relações de dominação em uma sociedade, podem servir para a transformação dessas relações, porque a ACD ao jogar luz sobre os aspectos ideológicos ocultos no discurso é um importante passo em direção à superação de desigualdades sociais.

Indispensável a essa pesquisa é o entendimento do conceito de gênero desenvolvido por Joan Scott (1989), onde gênero é: “um elemento constitutivo das relações sociais, construído a partir de atribuições culturais baseadas nas diferenças entre os sexos. Gênero, portanto é uma forma primeira de significar as relações de poder”. (SCOTT, 1989, p.21).

Por intermédio de símbolos culturais e de conceitos normativos têm se formado e se reproduzido oposições binárias que definem o que se entende por homem e mulher resultando na definição cultural de papéis sociais, identidades e relações sociais a partir das diferenças biológicas entre os sexos. O que, em muitas sociedades, acaba por subordinar e inferiorizar o sexo feminino em relação ao sexo masculino.

Através dessas considerações teóricas se percebe a relevância em se analisar o discurso de um jornal de grande circulação como o Pioneiro, pois através da ACD pode-se verificar se o mesmo utiliza ou não aspectos de gênero, e dessa forma se tem ou não reproduzido e naturalizado relações desiguais entre os sexos.

Mercado de trabalho: “espaço garantido em meio às barreiras”?

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é um dos temas de maior frequência nas publicações referentes ao 8 de março. Presente nas 6 edições de um total de 7 edições analisadas, é

apresentado como uma das reivindicações do movimento de mulheres já conquistada, embora o periódico admita a existência de algumas limitações e persistências de desigualdades para as mulheres nesse âmbito. Em diferentes matérias essa ideia é reforçada por títulos como “Espaço garantido entre barreiras” (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1995, p. 5) ou “Participação profissional rompe barreiras” (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1996, p.16).

Um dos recursos utilizados pelo jornal para sustentar o argumento de uma pauta já conquistada, é o de utilizar o exemplo de mulheres ocupando profissões tipicamente “masculinas”, como a de juíza, metalúrgica, tenente e caminhoneira, e que em algumas matérias são destacadas através do uso de fotografias. É o exemplo, do artigo de opinião, não assinado, publicado no dia 8 de março de 1994, intitulado “A condição feminina”.

Texto 1 - “A condição feminina”

A condição feminina envolve bem mais do que a disputa por um lugar ao sol no mercado de trabalho, equivocadamente transformada na bandeira prioritária desta luta emancipatória. As mulheres querem e merecem, acima de tudo, ser reconhecidas como seres humanos integrais, com o direito ao livre-arbítrio, ao respeito de seus semelhantes e à felicidade plena, sem restrições nem concessões (Jornal Pioneiro, 08 de março de 1994, página 6).

Nessa publicação, o jornal diz que atualmente o Dia Internacional da Mulher tem um significado muito mais abrangente que a luta pelos direitos no mercado de trabalho. De fato, a condição feminina ultrapassa as questões relacionadas ao mercado de trabalho, porém, é possível considerar a afirmação no jornal, uma vez que, apenas na constituição federal de 1988, ficou estabelecido direitos plenos às mulheres.

A seguir, são reconhecidos alguns aspectos negativos dessa “condição feminina”.

Texto 2 - Mulheres; “criaturas inferiores”?

[...] até mesmo nas sociedades mais evoluídas muitas mulheres continuam sendo tratadas como criaturas inferiores, submetidas a extenuantes jornadas de trabalho sem a compensação adequada, excluídas das grandes decisões políticas, muitas vezes agredidas, humilhadas e ofendidas. Nos países mais atrasados ou dominados pelo fundamentalismo religioso, a situação é ainda pior: as mulheres são desconsideradas socialmente recebem tratamento indigno do poder público e sequer têm direito de decidir sobre a própria função reprodutiva, tendo que se submeter à vontade de seus companheiros e às hipocrisias da sociedade. Só no Brasil, para exemplificar, ocorrem de 3 a 4 milhões de aborto anuais, a maioria clandestinos porque a legislação só permite esta alternativa em casos de risco de vida ou estupro. Nas regiões pobres do planeta, não é incomum que contingentes inteiros de mulheres sejam esterilizadas ou, o que é igualmente degradante, que sejam privadas de decidir sobre o tamanho de suas famílias, por falta de informação, de recursos e até mesmo liberdade. (Jornal

Pioneiro, 08 de março de 1994, página 6)

Entre as várias pautas interessantes ao movimento de mulheres, chama a atenção a menção aos direitos reprodutivos que são em geral um tabu para a sociedade.

Após reconhecer e apontar diferentes reivindicações do movimento de mulheres, o jornal apresenta as conquistas já alcançadas por elas, entre as quais a participação no mercado de trabalho, reforçando o argumento de espaço conquistado com o exemplo da presença de estivadoras no Porto de Santos.

Texto 3 - “Estivadores de saias”

Além de postos impensáveis no mercado de trabalho (até mesmo o Porto de Santos já conta com estivadores de saias), as mulheres conquistaram o direito de votar, de receber instrução, de ingressar na carreira política, de acompanhar a moda e de freqüentar lugares tradicionalmente reservados aos homens felizmente não mais para superá-los ou substituí-los, mas para se unirem a eles na luta por um mundo melhor e mais justo para ambos. O Dia da Mulher, por tudo isso, já não é mais uma data convencionada apenas para reverenciar um passado de martírio, mas sim para projetar um futuro de esperança, de igualdade e de fraternidade entre seres humanos que só são completos quando se unem. (Jornal Pioneiro, 08 de março de 1994, página 6)

Por fim, aponta o dia Internacional da Mulher como uma data em que não se deve “reverenciar um passado de martírio” em alusão ao massacre de operárias que deu origem a data, “mas sim para projetar um futuro de esperança, de igualdade e de fraternidade entre seres humanos”.

A edição referente ao 8 de março de 1995, de autoria de Patrícia Pontalti, intitulada “Espaço garantido em meio às barreiras”, tem uma matéria um pouco menor que toda a página e insiste no recurso de utilizar o exemplo de mulheres ocupando profissões tipicamente “masculinas”. Nesse caso, ilustradas com fotografias, a de metalúrgica, caminhoneira e juíza. A reportagem utiliza dados estatísticos para comprovar a inserção das mulheres no mercado de trabalho e diferentemente do artigo de opinião do ano de 1994, fará uma ressalva sobre a persistência de desigualdades para as mulheres nesse espaço.

Texto 4 – “O coroamento de minha profissão”

A primeira mulher a representar o poder Judiciário na cidade, a diretora do Fórum, Maria Olivier, afirma que não sofreu preconceitos e acredita que a força de vontade é primordial para que se alcance os objetivos.

Além de atuar como diretora desde março de 1994, Maria é juíza da 1º Vara Cível e responsável pela jurisdição eleitoral da 169ª zona. "Representar um poder na sociedade,

participando em pé de igualdade com os homens é o coroamento de minha profissão", afirma. Mãe de dois filhos. Vitória e Paulo, Maria diz conciliar perfeitamente a profissão com a vida familiar. "É possível atuar com a mesma intensidade como mãe e profissional. Inclusive, até já amamenteei minha filha nos intervalos de uma audiência", comenta. (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1995, página 5)

O primeiro fragmento se refere à fala da juíza Maria Olivier, que já havia sido convidada a falar sobre o assunto na publicação do 8 de março de 1993, e semelhante aquela matéria, sua fala se destaca pela preocupação em responder como conciliar o trabalho fora de casa com as funções de mãe e, em afirmar que não passa por discriminações para exercer sua profissão. A denúncia sobre preconceito de gênero em um segmento de trabalho tradicionalmente masculino fica a cargo da motorista de caminhão Rosane.

Texto 5 – “A velha história de que mulher não sabe dirigir”

Ela acredita que o gosto pela atividade é uma herança paterna, já que sempre conviveu com o ronco e a graxa dos caminhões. Para ela, o preconceito existe. “Todos ficam surpresos e outros vêm com a velha história de que mulher não sabe dirigir”, afirma. (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1995, página 5)

No fragmento acima, a entrevistada, a caminhoneira Rosane, diz ser a profissão uma herança paterna, por ter crescido em meio a isso, e que sim sofre preconceitos pois o ato de dirigir não é visto como uma tarefa possível às mulheres.

Por fim, são apresentados dados de violência de gênero, porém sem uma análise, de maneira apenas ilustrativa e sem dados referentes à morte por gênero.

O tema é novamente repetido em uma das páginas sobre o Dia Internacional da Mulher do ano de 1996, assinado também pela Patrícia Pontalti, dessa vez o tema mercado de trabalho divide a página com a questão da violência contra a mulher, que acaba tendo destaque maior na publicação. O texto inicia abordando dados levantados pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Direitos Humanos sobre o perfil das vítimas e apresenta ações promovidas pela UMCA (União Caxiense de Mulheres), entidade feminista do período, e sindicatos visando a construção de um albergue para abrigar mulheres e crianças vítimas de violência. A matéria conta ainda com dados, retirados da Delegacia da Mulher, sobre violência contra a mulher, incluído os crimes de sedução e de rapto consensual e excluídos dados sobre mortes decorrentes da violência de gênero. A segunda parte da matéria destinada ao mercado de trabalho é intitulada “Participação profissional rompe fronteiras”. O que diferencia da publicação

desse ano em comparação às demais, é que dessa vez há a presença na matéria de duas representantes de movimentos sociais, Mari dos Santos da UMCA e Ana Corso, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem. Ambas representantes apontam desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho, embora suas falas tenham sido pouco exploradas no texto. Contraditoriamente, o discurso utiliza a imagem de duas mulheres em um setor de produção com a seguinte legenda: “espaço conquistado: 18,24% de chefes de família, na cidade, são do sexo feminino.” (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1996, p.16). Como se houvesse relação entre o aumento de lares chefiados por mulheres e conquista de espaço no mercado de trabalho.

Diante de tantas demandas reivindicadas pelo movimento de mulheres na época, que iam do fim da violência contra a mulher, direitos reprodutivos e maior participação política, porque é a participação feminina no mercado de trabalho o assunto de maior recorrência nas publicações sobre o Dia Internacional da Mulher?

Sem perder de vista o fato de Caxias do Sul ser um importante polo industrial no Brasil, fato que por si só explicaria o interesse do periódico no tema, é inegável, que nesse contexto há um aumento da população feminina economicamente ativa no país. Segundo Soihet (2004), “em 1973, apenas 30,9% da população economicamente ativa eram do sexo feminino. Mas em 1999 elas já representavam 41,4% do total”. (SOIHET, 2004, p, 20).

Conforme Paola Cappellin Giuliani, entre os anos de 1979 e 1985 diversos setores da sociedade começam a se mobilizar em prol da redemocratização. Esses novos atores políticos: movimento comunitário, movimento de mulheres, grupos feministas, entre outros, vão exigir melhores condições de vida e vão forçar um redimensionamento das práticas do movimento sindical que até então pautavam prioritariamente suas reivindicações a partir de questões econômicas, relegando a segundo plano pautas como melhores condições de vida e reprodução social da família. (GIULANI, 1997, p.642).

As mulheres protagonizaram a luta pela Anistia, pelo fim da carestia e no processo de redemocratização, desenvolveram práticas políticas que permitiram aprovar políticas públicas e leis que visam igualdade de direitos no âmbito privado.

Assim, muitas queixas e relatos sobre a discriminação e a segregação sexual saem das paredes domésticas em que estavam enclausuradas e tornam-se fontes de denúncias e demandas de novos direitos. Tais atitudes conseguem atingir os alicerces das relações sociais questionando os principais espaços coletivos: o local de trabalho, a prática sindical e a própria família. (GIULANI, 1997, p. 645)

Assim, esse aumento da participação feminina no mercado de trabalho pode ser explicado pela intensa articulação do movimento de mulheres e do movimento feminista que conquistaram a ampliação ao direito à cidadania no mundo de trabalho para as mulheres e outros direitos firmados com a Constituição de 1988. É também consequência de fatores sociais, políticos e econômicos, como a ascensão de um novo modelo produtivo onde a formação educacional é uma necessidade para esse novo mercado de trabalho. As mulheres nesse período como são maioria da população e apresentam uma elevação no nível de escolaridade são beneficiadas nesse sentido. Conforme Alves et.al.:

O excedente de mulheres no Brasil, que no início dos anos de 1980 era de duas centenas de milhares, passou para um milhão no início dos anos de 1990, dois milhões no início dos anos de 2000 e quase quatro milhões em 2010. Estima-se que esse superávit chegue a 7 milhões em 2050. Entre as nações, depois da Rússia, o Brasil é o país mais feminino do mundo. (ALVES et.al.,2019, p.22)

Uma das primeiras “brigas” que as brasileiras precisaram comprar foi justamente o direito à educação, sobretudo, uma educação que as emancipasse e que não as ensinasse a ser donas de casas. Muito antes da organização de entidades feministas vozes isoladas, como a de Nísia Floresta, foram fundamentais para a conquista do direito das mulheres à educação. Após conquistar esse direito, o sexo feminino, a partir da década de 1990, passou a superar os homens no tempo médio de anos de estudo (ALVES et. al., 2019, p.27). Hoje, no ensino superior elas são mais da metade dos universitários.

O terceiro fator que contribuiu para esse resultado é a queda da taxa de fecundidade, onde a quantidade menor de filhos permite à mulher se dedicar a outras atividades. Fruto das novas configurações nas dinâmicas familiares: “Em 1960, as mulheres brasileiras tinham em média, 6,3 filhos. Em 1980, a média diminuiu para 4,4. No final dos anos 90, a taxa de fecundidade era de 2,3” (SOIHET, 2004, p.20).

Assim, o superávit feminino da população brasileira, uma reversão na predominância dos sexos em relação à educação e a diminuição da taxa de fertilidade, fatores combinados que resultaram

num aumento da população feminina economicamente ativa.

Entretanto, essa maior inserção feminina no mercado de trabalho, inclusive em profissões antes restritas aos homens, guarda algumas contradições que questionam as condições desse “espaço garantido entre barreiras” e essa “participação profissional” que “rompe barreiras”.

O modelo neoliberal resultará em um fenômeno estudado a partir dos anos 1980, chamado “feminização da pobreza”. Conforme Toledo, Amaral e Leite (2017, p. 49), ao atacar o Estado - pela não interferência no mercado e os sindicatos - para pôr fim às reivindicações por melhores salários, condições de trabalho e políticas públicas, somado à medidas neoliberais e a alta no desemprego, resultaram no aumento da pobreza e miséria, que atingem principalmente às mulheres. O crescimento da mão - de - obra feminina, segundo as autoras, nesse contexto, é acompanhado de uma acentuação da exploração- dominação das mulheres, que pode ser traduzida através dos dados que demonstram a disparidade salarial e a dupla jornada de trabalho.

Herédia (2017, p. 113) salienta que o modelo econômico vigente no período apresentou um aumento no setor terciário em detrimento do setor industrial, ou seja, um aumento no setor com maior índice de presença feminina e não por acaso onde a informalidade e a precariedade das condições do trabalho predominam. Soma-se à isso a dupla jornada de trabalho feminina e as consequências dessa para as mulheres. Conforme Alves et.al (2019. p.40), os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 2002 – 2012, afirmam que as mulheres durante o período analisado despendiam cerca de 24 horas semanais nos afazeres domésticos entre 2002 e 2003, caindo para 21 horas semanais, em 2012. Enquanto os homens, no mesmo período, mantiveram as mesmas 10 horas semanais.

Com base nos dados sobre rendimentos no período de 2000 a 2012, de distribuição no uso do tempo em atividades remuneradas e não remuneradas de homens e mulheres, os autores puderam concluir a centralidade da divisão sexual do trabalho para a persistência da desigualdade entre os sexos. Como demonstram Alves at. al:

E o fato é que a divisão sexual entre trabalho produtivo e reprodutivo impõe um prejuízo às mulheres que proporcionalmente, dedicam mais tempo às atividades não remuneradas (tarefas de reprodução), enquanto os homens dedicam, proporcionalmente mais tempo às

atividades remuneradas (trabalho produtivo). Nesse sentido, ao analisar os diferenciais de rendimento entre homens e mulheres, é preciso considerar o número de horas trabalhadas no mercado de trabalho. Segundo o relatório Panorama Social de América Latina 2014, da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), o hiato de gênero no Brasil de pouco mais de 30% (conforme também mostrado na tabela 2), em 2010, caiu pela metade quando se considera as horas trabalhadas. Ou seja, as mulheres são penalizadas por dedicarem mais tempo aos afazeres domésticos, tendo menores rendimentos e estando mais sujeitas às situações de pobreza. Portanto, parte das desigualdades salariais e de rendimentos deve ser imputado à divisão sexual do trabalho e à dupla jornada e a parte à discriminação do mercado de trabalho. (ALVES et. al, 2019, p.43)

O período ainda carrega outros desdobramentos que questionam o discurso sobre a qualidade da inserção feminina no mercado de trabalho, é o caso do aumento do número de família chefiadas por mulheres, dado aparentemente apresentado pelo discurso do Pioneiro como um sinal de “espaço conquistado”, como mostrado anteriormente, mas que na verdade, conforme Toledo, Amaral e Leite (2017), pode ser entendido:

[...] para além das transformações ocorridas na família deve ser entendida como um fator que aliando o crescimento da pobreza a sobrecarga da mulher chefe de família, resultam no comprometimento de “vínculos estabelecidos na unidade familiar” e compromete o “projeto de emancipação das mulheres”, que nessas condições abrem mão de projetos pessoais em prol do sustento e cuidados com a família (Toledo, Amaral e Leite, 2017, p. 52)

Soma-se a isso, os impactos na subjetividade feminina, a partir dos cortes na saúde e na educação, resultantes do projeto Neoliberal, já que a mulher carrega socialmente a função de cuidadora.

Dupla jornada de trabalho: “o valor da mulher”?

Aliada ao tema mercado de trabalho, a dupla jornada de trabalho é explorada pelo jornal Pioneiro. Entretanto, a preocupação do periódico em relação às entrevistadas é de responder como essas conciliam o trabalho produtivo com os cuidados da família, sem que haja uma problematização das consequências da dupla jornada de trabalho para a saúde física e emocional das mulheres, para a profissionalização, para o acesso ao mercado de trabalho e à educação e como isso age sobre as relações entre os sexos. Além desse silenciamento, o jornal Pioneiro utiliza exemplos de trabalhadoras que conciliam o trabalho produtivo com o trabalho doméstico, como forma de naturalizar a dupla jornada de trabalho das mulheres. A publicação de 8 de março de 1996, é representativa nesse aspecto.

Texto 6 – “Não é preciso queimar sutiãs em praça pública”

A fragilidade é frequentemente evocada para definir as representantes do sexo feminino, como um elogio que traz, disfarçado, todo o peso do preconceito e discriminação que a palavra carrega. Mas, ao longo da história, a mulher tratou de desfazer este conceito. Não há necessidade de provar nada. Não é preciso queimar sutiãs em praça pública, comprar discussões infrutíferas sobre independência financeira ou virgindade. Mesmo que alguns insistam e fechar os olhos, a realidade da mulher é concreta. Estás nas casas, nas fábricas, nos escritórios, nos prostíbulos, nas universidades, no campo.

Assunta Scariot é um exemplo de mulher que está bem longe da fragilidade alardeada. (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1996, página 15)

A reportagem usa o exemplo das trabalhadoras rurais para defender a tese de que a fragilidade associada ao sexo feminino não condiz com a realidade. Apesar da aparente boa intenção da matéria, pode-se observar que o jornal usa o exemplo dessas trabalhadoras, como suficiente para desmistificar a noção de fragilidade associada às mulheres e, portanto não seria necessária a organização dos movimentos feministas. Isso fica implícito no discurso ao fazer referência a uma imagem estereotipada frequentemente utilizada para se referir ao movimento feminista geralmente identificando-o pejorativamente como um movimento radical, expressa na frase “queimar sutiãs em praça pública”. O jornal reforça a sentença ao dizer que discussões sobre independência financeira ou virgindade são infrutíferas. Ou seja, a independência financeira tão fundamental para que muitas mulheres possam se libertar de situações de violência ou de exploração sexual decorrentes da dependência econômica e temas ligados à sexualidade como o tabu da virgindade, que a partir da década de 1960 começam a ser questionados e se tornam pautas importantes do movimento de mulheres, são irrelevantes segundo o discurso do Pioneiro.

Texto 7 – “A mulher do campo trabalha mais que o homem”

Ela tem 64 anos, criou dez filhos, trabalha na roça, inicia sua rotina diária às 5h. Às 7h, já está em frente ao fogão fritando fígado de porco para preparar o reforçado café da manhã do marido e dos dois filhos [...] Antes disso, já esteve na lavoura onde planta cenoura, maçãs e pêssegos, ordenhou a vaca e preparou o pão caseiro. É ela também quem arruma a casa, faz o queijo e o salame. No meio da manhã, Assunta se equipa com o chapéu, para proteger do sol, e de enxada em punho, volta à plantação. “Quando tinha os filhos pequenos, botava os menores em um cesto e levava todos para a roça”, conta ela.

[...]

“A mulher do campo trabalha mais que o homem. Ao meio-dia eles podem descansar. A gente ainda tem que fazer a comida e lavar tudo”. (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1996, página 15)

As autoras da matéria descrevem a longa jornada de trabalho de Assunta, tanto o trabalho na lavoura como o trabalho doméstico e apesar da entrevistada mostrar consciência que a mulher

trabalha mais que o homem, já que assume os afazeres domésticos, o discurso não aproveita a data para debater sobre os prejuízos da dupla jornada, tampouco propõe qualquer reflexão para a necessidade de divisão das tarefas domésticas e os cuidados dos filhos entre os sexos, pelo contrário o discurso evoca o exemplo de Assunta para naturalizar e reafirmar a dupla jornada de trabalho das mulheres.

Texto 8 – “O valor da mulher”

[...] “O único sonho que tenho é que os meus dois filhos solteiros casem. Eles têm que ter uma companheira, senão, depois que a gente morrer, como vão se virar sozinhos?”, frisa, destacando o valor da mulher.” (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1996, página 15)

Percebe-se, no trecho acima que a entrevistada internalizou o papel de cuidadora do lar e da família ao atribuí-los exclusivamente às mulheres. As autoras da entrevista, por sua vez, utilizam a fala da Assunta para afirmar que esse é o “valor da mulher”, ou seja, a mulher sobrecarregada pela dupla jornada de trabalho assume no discurso uma categoria de bom exemplo a ser seguido pelas mulheres, reduzindo o papel social das mulheres ao lar e aos cuidados de mãe e esposa.

Na edição de 1993, sobre o Dia Internacional da Mulher, tem uma estrutura similar com a já analisada publicação de 1995. Com o título “Dupla jornada exige concessões diárias”, que indica ser esse o tema central da publicação, entretanto o que se observa é que mais uma vez o discurso do jornal centraliza a preocupação em responder como conciliar o trabalho produtivo e cuidados com marido e filhos deixando de lado o debate sobre dividir tais responsabilidades entre os sexos ou sobre as conseqüências da dupla jornada para as mulheres. Além disso, o já mencionado recurso de utilizar exemplos de mulheres em profissões tipicamente masculinas, é utilizado. Nessa edição, foram entrevistadas a mesma juíza da edição de 1995, duas metalúrgicas e uma tenente da Brigada.

A primeira entrevistada é a juíza Maria Oliver, o jornal aponta que ela é separada, administra sozinha a casa e tem dois filhos. O autor da matéria utiliza a fala direta da entrevistada para enfatizar que para a juíza não há dificuldade em conciliar o trabalho profissional com a dupla jornada de trabalho.

Texto 9- “Não vê nenhuma dificuldade para isso”

“O trabalho por si só me absorve bastante, mas o importante não é a quantidade de tempo que se fica com os filhos, mas a qualidade dos momentos que são dedicados a eles”, dia a

juíza de Direito Maria Olivier, titular da 1ª Vara Cível e atuando como substituta da Vara de Família e Direção do Fórum.

Hoje a juíza que tem dois filhos, e administra sozinha a casa e os negócios, pois vem de uma separação recente, observa que não vê nenhuma dificuldade para isso. Ela define que “enfrenta com toda galhardia” as situações diárias. (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1993, página 16)

Nesse fragmento e nos demais a seguir, não há qualquer questionamento sobre a divisão dos cuidados com os filhos e afazeres domésticos entre os sexos ou as dificuldades de chefiar sozinha a família, já que Maria Oliver é separada.

O trecho a seguir é da tenente da Brigada Militar:

Texto 10- “Uma questão de organização pessoal”

O trabalho da BM exige bastante, segundo a tenente, necessitando muitas vezes desligar até de determinados fatos e situações. “Precisamos abdicar de nossa vida pessoal em prol da comunidade e somos chamadas a qualquer hora para fazer um serviço”. Para conciliar o trabalho com a família, Naira julga ser uma questão de organização pessoal. “Eu faço todo o serviço de casa e da BM, e dá tempo para estudar, se divertir, se aprimorar no serviço”. (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1993, página 16)

A fala da tenente vai ao encontro da fala da juíza ao afirmar que se trata apenas de uma questão de organização pessoal ao se referir a conciliação das atividades de produção e de reprodução do trabalho. Já a terceira entrevistada dessa matéria apresenta uma opinião bem diferente das demais:

Texto 11 - “Mãe solteira”

A dupla jornada de trabalho, a falta de locais onde os filhos possam ficar durante o serviço e administração da casa são fatos diários na vida da metalúrgica Claraci Severo, funcionária da seção de montagem de motores na empresa Eberle. Mãe solteira de uma criança de um ano e seis meses, ela comenta ser necessário “se desdobrar”, pois além da excessiva jornada de trabalho o salário é “super-defasado”.

Com a incumbência de sustentar a casa sozinha, Claraci conta com uma empregada para cuidar de seu filho enquanto trabalha, mas destaca que muitas vezes não encontra alguém que esteja disposto a cuidar das crianças. “É uma dificuldade enorme” define. Nessa área, segundo a metalúrgica, existe poucas creches para que possa entregar seu filho e este tenha uma melhor assistência. “Como operária e mulher não é fácil, mas não é cruzando os braços que a gente vai resolver o problema”, ressalta. Para Claraci, a mulher metalúrgica tem que continuar trabalhando e tentar fazer com que a sociedade entenda e as remunere melhor. Como mãe solteira a manutenção da casa se torna mais complicada, pois se a sobrevivência mesmo de casal já é difícil, uma pessoa sozinha sustentando um filho e a casa se torna bem mais complicado e cansativo. Conforme Claraci, além de tudo necessita trabalhar numa empresa onde o ruído é super elevado, que desgasta e cansa bastante. (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1993, página 16)

Nesse fragmento, o discurso sobre a entrevistada, que apresenta uma visão discordante

das demais, se refere a Claraci com o termo mãe solteira.

Texto 12 - “Para claraci, existe uma dupla jornada de trabalho”

Para Claraci, existe uma dupla jornada de trabalho. Além de ter que trabalhar na empresa para manter a casa, existe os afazeres domésticos. Ela define sua carga horária de trabalho como excessiva, sendo que nos finais de semana está esgotada. Nestes dias de folga da empresa, ela ataca nas coisas mais grossas, que são as roupas pesadas, porque durante a noite tem que dar uma atenção ao filho, que fica longe da mãe durante todo o dia. “Quando se chega em casa o filho está carente, ele precisa e gruda na gente” comenta (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1993, página 16)

Claraci é a única das entrevistadas que menciona dificuldades que vão desde as condições de trabalho, carga horária, falta de vagas nas creches e baixos salários. Diferente da juíza Maria e da tenente Naira, existe dificuldades para Claraci em conciliar os cuidados com a família e os afazeres domésticos, desde o cansaço excessivo à preocupação com a atenção dispensada ao filho.

Note-se que o autor se refere à Claraci com o termo mãe solteira, que é pejorativo. Logo em seguida, o autor da matéria entrevista a também operária Euda de Souza, cujo a identifica como casada e mãe de dois filhos. Vemos que a fala de Euda contribui mais uma vez para demonstrar que não há dificuldade para as mulheres trabalharem em profissões como a de metalúrgica e conciliar com os cuidados familiares.

Texto 13 – “Os trabalhos domésticos não ficam acumulados”

Ela explica que é bom trabalhar durante o dia e quando chega em casa continua na mesma rotina. Para Euda, o serviço em uma metalúrgica não afeta a vida familiar, pois um de seus filhos fica em casa aos cuidados de sua mãe e o outro segue para a escola. Os trabalhos domésticos não ficam acumulados, lembra, pois quando chega em casa realiza todo o serviço. (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1993, página 16)

Das quatro entrevistadas apenas a Claraci sente o peso da dupla jornada de trabalho, já que para a juíza e divorciada Maria, para a tenente Naira de estado civil não informado e para a metalúrgica casada Euda a jornada de trabalho não é um fardo. Enquanto para a Maria não o é, pois tem qualidade de tempo que ela passa com os filhos, para Naira sobra tempo para inclusive se aperfeiçoar. Já para Euda é de certa forma agradável o fato de ter dupla jornada de trabalho, posto que para ela ” (...) é bom trabalhar durante o dia e quando chega em casa continua na mesma rotina”.

Apesar disso, Euda, que por ser também operária possui semelhantes condições de trabalho que Claraci, não demonstra em sua fala qualquer reclamação ou reivindicação por melhores

condições de trabalho, ou até mesmo a falta de creches para seus filhos, já que um dos seus filhos fica em casa com a avó. Ademais, a fala de Euda contribuiu para a naturalização da dupla jornada de trabalho para as mulheres, onde a entrevistada aconselha que para não acumular os afazeres domésticos é necessário chegar em casa e fazer “todo o serviço”.

Por que a Claraci é a única que apresenta uma narrativa discordante das demais entrevistadas? Pode o discurso do jornal Pioneiro ter usado o exemplo de Claraci para sugerir que as difíceis condições de vida e trabalho dela tem relação com o fato de ser “mãe solteira”?

Como não há possibilidades de responder aos questionamentos, invoca-se a possibilidade um tratamento diferente dispensado a cada entrevistada conforme o “status” de cada uma delas, no que se refere ao estado civil, isso denotaria preconceito. O que é certo que entre as quatro mulheres entrevistadas, três delas apontam que não há dificuldades em conciliar o trabalho produtivo com o trabalho doméstico e mais uma vez o discurso deixa de abordar as conseqüências dessa dupla jornada e dispõe um tratamento pejorativo aquela que apresenta um discurso diferente sobre a dupla jornada.

Assim, podemos identificar no discurso do jornal Pioneiro a reprodução de um sistema de conhecimento que naturaliza e reforça a idéia que o espaço doméstico é de responsabilidade exclusiva das mulheres. Esse conceito normativo como demonstra Maria Ângela D’Incao, começou a se estabelecer com a ascensão da burguesia no Brasil. Com a proclamação da República, o processo de modernização do Brasil e a ascensão da burguesia iniciou-se um processo de “civilização” nas cidades. Esse processo promovido pela classe em ascensão, procurava aproximar as cidades brasileiras das cidades européias. Nesse processo, se observou mudanças que estabeleceram “relações sociais do tipo burguês” (D’Incao,1997, p.226). Diferentes instituições como a medicina e o direito passaram a redefinir as características tidas como naturais aos sexos e os papéis e espaços próprios para homens e mulheres.

A mulher de elite passou a ser considerada como um importante “capital simbólico” para ascensão social da família através do seu exemplo como boa anfitriã, mãe e esposa.

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior

do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte de meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada base moral da sociedade, a mulher da elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma decência saudável e cuidar do comportamento da prole. (D’Incao, 1997, p.230)

Assim, devia a mulher se dedicar aos cuidados da família e do lar, mantendo-se afastada do espaço público, pois esse representava um perigo à moralidade feminina. O trabalho realizado fora do lar por sua vez era considerado uma ameaça à constituição da família. Entretanto, as condições materiais das famílias pobres, faziam o trabalho das mulheres indispensável ao seu sustento. Autoras como Margareth Rago (1996) e Cláudia Fonseca (1996), demonstram em suas pesquisas que no início do século XX, havia uma considerável presença feminina no mercado de trabalho, principalmente em indústrias têxteis. Rago informa que ao longo do século XX, as mulheres foram sendo excluídas do mercado de trabalho em detrimento da mão de obra masculina (RAGO, 1997, p.582). Isso não quer dizer que as mulheres pobres aceitaram essa imposição e deixaram de trabalhar, mas sim, de que houve um deslocamento para o trabalho informal, sobretudo doméstico.

Nesse processo de consolidação da ideologia burguesa - que afirmava ser o trabalho fora do lar e o espaço público como um perigo a moralidade das mulheres -, as trabalhadoras sofreram ao ser associadas à degradação moral e à prostituição. (RAGO, 1997, p.588). Como consequência, houve uma imposição desses valores burgueses à classe operária; imposição que, como demonstra Rachel Soihet, muitas vezes aconteceu através de medidas violentas:

A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que era no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as concepções de honra e casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava. (SOIHET, 1996, p. 362/ 363)

Ao analisar processos crimes, em sua pesquisa, a autora demonstra como a ideologia burguesa que definia a mulher como cuidadora do lar, recatada, casta, inferior e submissa; enquanto o homem era visto como provedor do lar, pertencente ao espaço público e dominador. Essa ideologia se apresentava e era reproduzida por mulheres e homens das camadas populares. As mulheres pobres,

segundo Soihet:

Mantinhm, por exemplo, a aspiração ao casamento formal, sentindo-se inferiorizadas quando não casavam; embora muitas vezes reagissem, aceitavam o predomínio masculino; acreditavam ser de sua total responsabilidade as tarefas domésticas, ainda que tivessem que dividir com o homem o ganho cotidiano (SOIHET, 1996, p. 367)

A reprodução dessa ideia do espaço doméstico como atribuição das mulheres acaba sendo reforçada pelo discurso do Pioneiro, por meio dos exemplos positivos de mulheres que conciliam as atividades nas duas esferas bem como através do silenciamento sobre as consequências da dupla jornada para as mulheres.

Dia Internacional da Mulher: “Não é preciso queimar sutiãs em praça pública”

A partir das edições analisadas podemos elaborar um quadro sobre o sentido do Dia Internacional da Mulher para o discurso do Jornal Pioneiro. A data surgiu em memória às trabalhadoras de uma fábrica no EUA, que foram covardemente assassinadas por reivindicar melhores condições de trabalho. No ano de 1910, no Congresso de Mulheres Socialistas, Clara Zétkin propôs a instituição do dia 8 de março como do Dia Internacional da Mulher para o calendário de mobilizações feministas e em 1975, decretado o ano da mulher pela ONU, a data é também reconhecida pela organização. Assim, podemos nos questionar se o discurso do jornal Pioneiro no período tem produzido matérias comemorativas, esvaziando o sentido político da data ou tem produzido matérias alusivas às lutas do movimento feminista.

O termo utilizado para se referir ao 8 de março, inclusive quando são citadas as atividades desenvolvidas pelos movimentos de mulheres, como manifestações e abaixo-assinados, é o termo de “comemoração”, o que se verifica em 4 edições do total analisado.

As poucas menções ao movimento feminista ou ao movimento de mulheres são feitas para apresentar a pouca adesão ao movimento, como é o caso da publicação do dia 09 de março de 1992. Um dia após o Dia Internacional da Mulher, a matéria repercute a programação organizada por entidades de mulheres e feministas, como a UMCA e a Comissão de Mulheres do PT, e mulheres representantes de outras entidades gerais como os sindicatos e a CUT. Com o título “ Protesto

feminista revela esvaziamento”, única vez que a palavra “feminismo” aparece entre as edições analisadas, o texto afirma ter sido a programação do dia de desinteresse da população, perdendo público inclusive para atividades rotineiras como a missa de todos os sábados.

E em outros casos, a menção ao movimento de mulheres é de forma indireta e através do discurso da inserção das mulheres no mercado de trabalho, que acaba por relativizar a relevância dessa pauta, como visto na já comentada edição de 1994: “equivocadamente transformada na bandeira prioritária desta luta” (Pioneiro, 8 de mar. 1994, p.6). Esse recurso serve até mesmo para esvaziar de sentido a luta feminista como um todo, o que pode ser ilustrado no trecho: “Não há necessidade de provar nada. Não é preciso queimar sutiãs em praça pública, comprar discussões infrutíferas sobre independência financeira ou virgindade.” (Jornal Pioneiro, 8 de mar. de 1996, p.15).

Considerações finais

No contexto em que se inserem as publicações analisadas, não cabe mais o discurso, recorrente em várias instituições no início do século XX, que excluía as mulheres do espaço público, sobretudo do mercado de trabalho, onde as mulheres trabalhadoras sofriam com o rótulo pejorativo de mulher pública.

É inegável que as mulheres conquistaram cidadania no mercado de trabalho, entretanto, essa não pode ser considerada uma reivindicação já superada no movimento de mulheres, seja feminista ou não. Visto que ainda hoje, as mulheres sofrem as mais diversas discriminações no mundo do trabalho, sejam os salários em média 30% menores, o tempo médio de desemprego maior em relação aos homens, os casos de assédio moral ou sexual, as menores taxas em cargos de chefia e maior presença feminina em empregos informais, aspectos que durante o período do Neoliberalismo se acentuaram.

Por esses motivos, é questionável o discurso do jornal Pioneiro ao se referir como “um espaço garantido em meio a barreiras”, “participação profissional” que “rompe barreiras” ou como uma reivindicação “equivocadamente transformada na bandeira prioritária” do movimento de mulheres, pois como nos lembra a História, essas discriminações oscilam ao sabor das mudanças

políticas e econômicas, não tendo sido superadas.

Se o discurso em relação ao trabalho feminino fora de casa mudou, e passou a ser aceito, guardadas as ressalvas já mencionadas, o mesmo não se pode dizer em relação ao discurso que vê o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos como de responsabilidade exclusiva das mulheres.

O silenciamento sobre as consequências de uma dupla jornada de trabalho exclusiva às mulheres e o uso de “exemplos positivos” de mulheres que conciliam trabalho fora de casa e trabalho doméstico como forma de naturalizar a dupla jornada contribuem para reproduzir relações sociais desiguais entre os sexos.

Além das questões referentes ao trabalho feminino e a naturalização da dupla jornada, percebe-se que o jornal pouco tece críticas às desigualdades, bem como relações com o contexto da sociedade no período em análise. Também, deixa em segundo plano, ou não aborda, outros aspectos da discriminação sexual impostas às mulheres, aspectos que são criticados e transformados em demandas evidentes no movimentos de mulheres do período

Se por um lado, é possível afirmar que houveram avanços, por outro a análise crítica do discurso possibilita refletir como o impresso acaba por contribuir para a manutenção de condições adversas às mulheres.

Referências bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. Et. AL. **50 anos de feminismo: uma trajetória histórica**. In: 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos / Eva Blay, Lúcia Avelar, organizadoras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2019.

BEUX, Anthony; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **O mercado de trabalho feminino em Caxias do Sul. Mulheres Empreendedoras. A construção de uma caminhada**. Educs. 2017.

DE PAULA, Rogéria e GONÇALVES, Silvana. **Difícil jornada de sol-a-sol no interior**. Jornal Pioneiro. Caxias do Sul, p.15, 8 de mar. de 1996.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. **Os movimentos de trabalhadoras e a**

sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (Coord. De textos). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678p.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social.** Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FONSECA, Cláudia. **Ser mulher, mãe e pobre.** In: DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (Coord. De textos). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678p.

GIULANI, Paola Cappellin. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira.** In: DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (Coord. De textos). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678p.

GOMES, Michele Cristina Ramos; SALGADO, Ana Cláudia Peters. **O discurso sobre o feminismo no Jornal O Globo nos anos de 1920 e 1940: aspectos do “bom feminismo”.**

Entrepalavras, Fortaleza, v. 7, p. 206-228, ago./dez. 2017.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade.** In: DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (Coord. De textos). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678p.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano.** In:_____.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 10 de set. de 2019.

SOIHET, Rachel. **O sexo difamado.** Nossa História. Ano 1, nº 3. 2004. Biblioteca Nacional

TOLEDO, Laisa Regina di Maio Campos; AMARAL, Sueli Gião Pacheco; LEITE, Rosalina de Santa Cruz; **Trabalho e Feminização da Pobreza.** Presença de Mulher, edição especial. Volume 2. 2017

Mulheres comemoram seu dia. Jornal Pioneiro. Caxias do Sul, p.3, 7 e 8 de mar.1992

Protesto feminista revela esvaziamento. Jornal Pioneiro. Caxias do Sul, p.2, 9 de mar.1992

JÚNIOR, Paulo Mendes. **Dupla Jornada exige concessões diárias.** Jornal Pioneiro. Caxias do Sul, p.16, 8 de mar. de 1993

A condição feminina. Jornal Pioneiro. Caxias do Sul, p.6, 8 de mar. de 1994

PONTALTI, Patrícia. **Espaço garantido em meio às barreiras.** Jornal Pioneiro. Caxias do Sul, p.5, 8 de mar. de 1995

PONTALTI, Patrícia. **Violência predomina dentro de casa.** Jornal Pioneiro. Caxias do Sul, p.16, 8 de mar. de 1996